

**Escravidão, história social e política de cotas:
uma conversa com Silvia Hunold Lara**

Palavras-chave: Escravidão. História Social. Política de cotas.

Key-words: Slavery. Social history. Politics of quotas.

David Lacerda: Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Maykon Rodrigues dos Santos: Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Por ocasião do **I Simpósio Impérios e Lugares no Brasil**, realizado em maio de 2007, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, convidamos para uma entrevista a historiadora Silvia Hunold Lara, uma das conferencistas do evento. Professora do Departamento de História da Unicamp desde 1986 é autora de *Campos da Violência* (1988), estudo que se tornou referência no quadro da historiografia brasileira sobre a escravidão. Em 2007, publicou pela Companhia das Letras, *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*, trabalho com o qual se tornou livre-docente em História do Brasil I pela Unicamp no ano de 2004. Nessa entrevista, que se transformou numa agradável conversa, discutimos, entre outros temas, questões relacionadas aos usos do direito, a atuação dos trabalhadores livres, libertos e cativos no contexto do escravismo brasileiro, assim como os problemas que giram em torno do debate das cotas para o ingresso de negros nas universidades brasileiras.

David e Maykon: *Professora, uma pergunta de praxe. O que levou a senhora a estudar história e, mais adiante, o tema da escravidão no Brasil colônia? O contexto de ditadura militar e a "necessidade" de se contrapor às interpretações da Escola sociológica de São Paulo influenciaram sua escolha?*

Silvia Hunold Lara: Ainda na graduação, ao cursar História Moderna, fiquei interessada em saber mais sobre relações compulsórias, como a servidão e a escravidão: como eram justificadas e como haviam conseguido se manter por tanto tempo? Talvez, indiretamente, o tema tivesse relação com a ditadura no Brasil, pois envolvia relações de poder em sua forma limite. Mas era um problema eminentemente histórico que me preocupava. Da servidão feudal passei para escravidão moderna, estudando a legislação sobre escravos no período colonial, com uma bolsa de Iniciação Científica, sob a orientação de Fernando Novais. Meu projeto de mestrado foi um desdobramento dessa pesquisa inicial: queria entender como, na sociedade escravista, a violência dos senhores aparecia como castigo e a dos escravos como crime. Foi durante a pesquisa, lendo processos criminais, que comecei a discordar das teses defendidas por Fernando Henrique Cardoso em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. De modo sintético, posso dizer que os escravos que encontrei ao ler a documentação judicial não eram "incapazes de qualquer ação autônoma" (como afirmava aquele autor) - bem ao contrário... Foi o contato com a documentação e a análise da experiência escrava nas fazendas e engenhos de Campos na segunda metade do século XVIII - e dos significados do castigo na relação entre senhores e seus escravos - que me levaram a questionar as teses da chamada Escola de São Paulo; e não o contrário. Essa posição decorreu da pesquisa, não foi seu ponto de partida.

D. e M.: *Campos da violência (1988) é um ótimo exemplo das mudanças que a historiografia brasileira vivenciou a partir dos anos 1980. Dois aspectos corroboram essa afirmação: o uso de novas fontes, principalmente os processos criminais, e a perspectiva de se pensar o escravo como sujeito social da história. Da publicação de seu trabalho até os dias atuais passaram-se quase vinte anos. Como a senhora avalia a produção historiográfica brasileira sobre a escravidão e qual a contribuição que a história social trouxe a esses estudos para além do uso de categorias como classe, gênero e raça?*

S. L.: Vocês sintetizam bem elementos importantes das mudanças historiográficas ocorridas no campo dos estudos sobre a escravidão desde os anos 1980, mas eu seria mais precisa. De fato, pode-se dizer que essas mudanças se caracterizam principalmente pelo uso intensivo de processos judiciais (não só criminais) e pela inclusão dos escravos (seus valores, ações e projetos) como parte da história da escravidão no Brasil. As perguntas cruciais eram: o que faziam os escravos? O que eles pensavam? Como viviam sob a escravidão? Na busca de fontes para responder a essas perguntas, os processos judiciais se tornaram muito importantes, pois ofereciam várias versões sobre aspectos cotidianos, testemunhos diretos e indiretos de escravos - evidências que não podiam ser encontradas em outra documentação. Muita coisa mudou desde os anos 1980. Campos antes praticamente inexistentes (como no caso dos estudos sobre família escrava) se desenvolveram; outros, como no caso dos estudos sobre as irmandades, ganharam novas

dimensões, indagando sobre questões identitárias, laços de solidariedade, tensões internas, etc. A análise histórica deixou de ser esquemática baseada em oposições do tipo acomodação ou resistência. Os quilombos, por exemplo, passaram a ser compreendidos de modo mais sofisticado, levando-se em conta dinâmicas complexas, que incluíam as relações entre quilombolas e a comunidade das senzalas, e também com os taverneiros da região e outros homens livres. Áreas tradicionais como a demografia e os estudos sobre o tráfico atlântico continuam a se desenvolver, mas a ênfase é dada pelas abordagens da história social e cultural.

***D. e M.:** Tentemos um gancho com a pergunta anterior. Os estudos que enfatizam as relações entre etnia, identidade e comunidade, como os de Marina de Mello e Souza e Mariça Soares de Carvalho, ganharam certo volume e complexidade a partir dos anos 1990. Eles procuram enfatizar as diferenças e identidades surgidas entre vários grupos étnicos africanos, buscando compreender a importância dos vários fatores neste processo, como atuação em irmandades, procedência comum e cultura africana. Um bom exemplo é o trabalho **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras (2004)**, de Sheila de Castro Faria, que relaciona gênero, etnia, identidade e comunidade para o mundo do trabalho colonial. Mesmo com tantas categorias sendo incorporadas aos estudos, pode-se dizer que a categoria etnia é primordial para entendermos a formação da sociedade escravista colonial brasileira?*

S. L.: Os estudos que se preocupam com a cultura dos escravos se desenvolveram bastante nas últimas décadas. Se o escravo passa a ser reconhecido como um sujeito histórico, é preciso conhecê-lo melhor, saber mais sobre seus valores, suas formas de pensar, acreditar, etc. Os estudos que buscam distinguir os grupos de procedência, as identidades étnicas, o modo como as diversas culturas africanas se desenvolveram e se transformaram no Brasil cresceram em número e qualidade. Esse foi um caminho importante para que a história da África fosse mais conhecida no Brasil. Os estudos que vocês mencionam percorrem esses caminhos, mas também fazem mais que investigar questões étnicas. Eles estão preocupados também com as relações entre escravos e libertos, com as formas de associação entre eles, com questões de gênero. Acho difícil isolar apenas um elemento como "primordial" na análise da experiência escrava.

***D. e M.:** Desde sua criação em 1995, o CECULT (Centro de Pesquisa em História Social da Cultura) tem desenvolvido vários projetos acadêmicos de fôlego, cujos sólidos resultados podem ser vistos em artigos, dissertações, teses e livros. Uma das principais preocupações do grupo é a aproximação entre a história social da escravidão e a história social do trabalho, tendo em vista "equacionar" dois processos históricos, a saber, a crise da escravidão e a formação da classe trabalhadora. No entanto, ainda parece haver uma tensão, positiva a nosso ver, entre os historiadores do movimento operário e os historiadores da escravidão, seja com relação às fontes ou a aportes teóricos. Fale-nos um pouco sobre sua postura diante dessas perspectivas analíticas.*

S. L.: A história da escravidão e a do movimento operário têm caminhado até hoje como campos separados, com tradições historiográficas e temáticas diversas. O principal problema dessa separação é que apenas a história dos trabalhadores livres - em especial a dos operários - tem si-

do considerada como a história do trabalho. É como se os escravos tivessem sido varridos da história. Conectar essas duas historiografias e fazer com que as questões que governam as pesquisas de uma e outra possam dialogar é absolutamente necessário. Um primeiro passo tem sido investigar as relações entre a experiência dos escravos e a dos trabalhadores libertos e livres. Há vários pesquisadores caminhando nessa direção. Mas é preciso ir além, explorando a história dos trabalhadores livres durante o escravismo, dos diversos tipos de trabalhadores que não eram nem escravos nem assalariados. O CECULT foi criado para dar corpo institucional a um trabalho coletivo que vinha se desenvolvendo há tempos nas linhas de pesquisa da pós-graduação da Unicamp. O Centro reúne pesquisadores que trabalham em diferentes períodos, investigando aspectos diversos da experiência de escravos e de trabalhadores livres. O mais importante, para nós, é que, além das pesquisas individuais, temos formas para integrar nossas preocupações e estamos engajados em projetos coletivos que problematizam essas conexões.

D. e M.: *A coletânea **Direitos e Justiças no Brasil (2006)** busca relacionar História e Direito na perspectiva da história social, ligada à tradição dos estudos de E. P. Thompson. Se pensarmos nas relações entre Estado, senhores e trabalhadores (escravos, livres e libertos) no mundo colonial e imperial, quais as particularidades assumidas pelo direito e pela justiça na atuação cotidiana desses sujeitos?*

S. L.: A coletânea reúne vários artigos que se perguntam sobre os significados da lei e da justiça para senhores, escravos, burocratas, advogados, operários, desempregados, etc. Longe da história das idéias ou de uma concepção que considera o Direito como algo que está fora das relações sociais, os artigos desse volume mostram o panorama de um campo novo que vem se abrindo no Brasil, que podemos chamar de história social do Direito. O interesse pelas questões do Direito e da Justiça começou com a necessidade de conhecer se melhor as fontes judiciais e foi se alastrando e incorporando as perguntas do historiador social. Como os escravos atuavam nessa arena? Quem eram seus advogados e juizes que decidiam em favor deles? Qual o significado dessas disputas em termos políticos? Inicialmente, esse foi um movimento do qual participaram mais os que lidavam com a história da escravidão. Mas logo esses pesquisadores encontraram colegas que estavam estudando a legislação trabalhista e o que ela significava para os operários no final da primeira metade do século XX.

D. e M.: *Quais as temáticas relacionadas à escravidão que merecem estudos mais sistemáticos a fim de se esclarecerem pontos ainda obscuros de nosso passado? Ainda há corpos documentais em nossos dispersos arquivos que possam lançar ou confirmar olhares sobre a escravidão brasileira?*

S. L.: Aqui, como em qualquer outro lugar, há sempre documentos que podem ser descobertos, re-descobertos ou simplesmente lidos de outra forma. Basta fazer novas perguntas e mergulhar nos arquivos. Há muita coisa para se estudar na história da escravidão. Dois temas interligados têm me interessado mais nos últimos tempos: a história da liberdade e dos libertos durante o escravismo e a história do racismo. Esses temas têm sido abordados geralmente em investiga-

ções que tratam do século XIX e se estendem até as primeiras décadas do XX, como no caso do racismo. Mas creio que é importante investigá-los em períodos anteriores. O livro que acabo de escrever, intitulado *Fragmentos setecentistas*, tem a ver com esses temas, pois discute o impacto político do aumento do número de libertos na segunda metade do século XVIII. Minha pesquisa atual focaliza mais de perto as relações entre escravidão e liberdade no século XVII, tomando diversos aspectos da história de Palmares como ponto de partida.

D. e M.: Para encerrar a entrevista, uma última questão. É muito pujante o debate em torno das cotas para os negros nas universidades. Intelectuais, políticos e burocratas de estado têm debatido intensamente em busca de uma solução para o problema. Uns dizem que o Brasil tem uma dívida para com seu povo e que, portanto, o sistema de cotas deve ser implementado de modo resolver as contradições inerentes a nossa sociedade. Outros afirmam que se implantado efetivamente, o sistema de cotas poderá acirrar ainda mais as desigualdades existentes entre ricos e pobres, brancos e negros. Pensamos que as escolhas temáticas e teóricas dos historiadores têm por detrás uma escolha de cunho político. Qual a avaliação que a senhora faz do estado atual desse debate?

S. L.: Sou a favor das cotas. Não porque o Brasil tenha uma dívida para com quem quer que seja nem por qualquer necessidade de alguma indenização. O Brasil é um país racista e são necessárias políticas públicas sérias e firmes para enfrentar o racismo. A racialização das relações sociais no Brasil começa no final do século XVIII, quando cresce o número de negros e pardos livres. Ela se desenvolve ao longo do século XIX, com a ideologia racista governando diversas intervenções sociais e políticas e culmina com as políticas eugênicas de meados do século XX. O fato de não termos mais um racismo explícito não quer dizer que não sejamos um país racista. As desigualdades entre ricos e pobres, entre brancos e negros são enormes no Brasil - e, sem sombra de dúvida, há muito mais pobres negros. Fingir que isso não existe ou achar que a miscigenação atenua essas desigualdades é esconder o sol com a peneira. Em geral, a insistência na idéia do Brasil mestiço é um jeito de negar a existência ou a importância do racismo na sociedade brasileira. Mas achar que apenas algumas vagas em empresas, universidades, etc., podem resolver o problema é uma ilusão. Minha universidade, a Unicamp, tem um programa que dá 30 pontos a mais na nota final da segunda fase aos estudantes que fizeram seus estudos em escolas públicas. Se forem candidatos auto-declarados pretos, pardos e indígenas recebem, além dos 30 pontos, mais 10 pontos na nota final. É uma medida moderada, que vem acompanhada por uma política de bolsas da universidade. Poderia ser aprofundada, incluir ainda mais. Estudos têm demonstrado que os que ingressam por esse programa são ótimos alunos, com desempenho acadêmico crescente. O Brasil precisa de médicos negros, químicos negros, professores negros. De modo distinto do que se passou nos Estados Unidos, onde o racismo e a política de cotas têm outra história, no Brasil isso fará uma diferença enorme do ponto de vista social e político.